

## **Políticas culturais e narrativas de reconstrução social em São Luiz do Paraitinga, SP**

Rodrigo Manoel Dias da SILVA<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo discute os objetivos e os novos interesses sociais presentes nas políticas culturais implementadas nas cidades brasileiras. Enquanto campo de referências teóricas, a análise realizada aproxima-se das interrogativas pragmáticas de John Dewey, ao problematizar se estas políticas podem contribuir para a reconstrução das urbanidades. Metodologicamente, o autor optou pela realização de três estratégias: uma revisão dos nexos de sentido sociológico que se tecem na tríade cidades, culturas e técnicas de vida; uma aproximação empírica para reconhecer as formas e os conteúdos das políticas culturais brasileiras, em um contexto municipal selecionado; a apresentação de um relato etnográfico, como recurso heurístico, para a descrição das narrativas de reconstrução social em São Luiz do Paraitinga, São Paulo.

**Palavras-chave:** Políticas culturais. Urbanidade. Reconstrução social.

## **Cultural policies and narratives of social reconstruction in São Luiz do Paraitinga, SP, Brazil**

### **ABSTRACT**

This article discusses the goals and new social interests present in cultural policies implemented in Brazilian cities. This analysis approaches of pragmatic question John Dewey to discuss whether these policies can contribute to the reconstruction of urbanity. Methodologically, the author opted for the realization of three strategies: a review of the nexus of sociological sense that weave in the triad cities, cultures and techniques of life; an empirical approach to recognize the forms and contents of Brazilian cultural policies in a municipal context selected; the presentation of an ethnographic account, as a heuristic resource, for the description of the narratives of social reconstruction in São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Brazil.

**Keywords:** Cultural policies. Urbanity. Social reconstruction.

### **Introdução**

No presente artigo, pretendemos discutir os objetivos e os novos interesses sociais

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor de Sociologia e Política na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, RS. E-mail: [rodrigoddsilva@hotmail.com](mailto:rodrigoddsilva@hotmail.com); [rodrigo@uffs.edu.br](mailto:rodrigo@uffs.edu.br)

presentes nas políticas culturais implementadas nas cidades brasileiras, sobretudo se considerarmos os usos contemporâneos da cultura como um “recurso” (YÚDICE, 2004). Esta noção de cultura como “recurso” põe em evidência os modos como esta é operada em um registro sociopolítico, não obstante outras interpretações, ao passo que reorienta as lógicas de ação na política e provoca outras discussões sobre o desenvolvimento cultural. A noção de recurso, neste caso, traz uma ambiguidade intrínseca a sua significação, uma vez que supõe uma ampliação do termo, para além de suas dimensões econômicas, mas reforça que em suas práticas são efetuadas alterações nos modelos de financiamento.

Nesse horizonte, a cultura está sendo pensada e crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria socioeconômica e política, isto é, “para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania” (YÚDICE, 2004, p. 25). O “capitalismo cultural”, como adjetivam alguns analistas, desmaterializa fontes de crescimento econômico – dentre estes: os direitos de propriedade intelectual e a maior distribuição de bens simbólicos no comércio mundial – e deu “à esfera cultural um protagonismo maior do que em qualquer outro momento da história da humanidade” (YÚDICE, 2004, p. 26). Assim, as políticas culturais configuram importantes estratégias de intervenção nos meios urbanos.

Diante da amplitude destas abordagens, como observado em pesquisas recentemente concluídas (SILVA, 2012; SILVA, 2011; SANTOS, 2008), faz-se necessário reduzirmos o campo de referências analíticas nesta análise. Para tal, organizamos a sequência desta elaboração em três seções textuais. Na primeira seção, realizaremos uma breve revisão dos nexos de sentido que se tecem entre a tríade cidades, culturas e técnicas de vida (SIMMEL, 1946), com o objetivo de recuperarmos, a partir de registros sociológicos, as principais relações estabelecidas entre os indivíduos e as cidades. Ao desconsiderarmos uma (aparente) antinomia presente na literatura, que ora prevê o simples ajustamento dos indivíduos aos parâmetros de convivência na urbanidade, ora suscita o desejo de transcender os ordenamentos sociais vigentes, nossa análise estará voltada para as situações de transitividade presentes nas técnicas de vida (SIMMEL, 1946). Na segunda, faremos uma aproximação empírica, a fim de reconhecermos as formas e os conteúdos das políticas culturais brasileiras, em contextos municipais, e, de certo modo, também para confrontarmos os limites e as possibilidades do diagnóstico sociológico elaborado diante da situação de São Luiz do Paraitinga, São Paulo. Acompanhando as elaborações de Canclini (2007), tornam-se evidentes os múltiplos fluxos e circuitos tecidos entre as produções políticas em escalas global e local. Na terceira, utilizaremos um relato etnográfico, como recurso heurístico, para descrevermos

as narrativas de reconstrução social no contexto, sobretudo após a destruição de relevante parte das paisagens urbanas de São Luiz, com uma enchente ocorrida em 2010. Esse recurso analítico deve nos auxiliar na compreensão da produção e implementação destas políticas, em uma perspectiva *bottom-up* (SOUZA, 2003), ou seja, a partir de seus implementadores.

Por fim, num plano mais geral, nossa análise aproxima-se das elaborações de John Dewey (2001), quando este se interroga sobre as possibilidades de reconstrução social, na sociedade estadunidense, em meio à crise econômica e política do início do século passado. Por uma interrogativa pragmática, encerramos a reflexão com a seguinte problematização: podem as políticas culturais contribuir para tal reconstrução?

### **Cidades, culturas e técnicas de vida: um registro sociológico**

Embora já existissem formações citadinas há milhares de anos, foi no fim da Idade Média que, por inúmeros processos transformativos, as cidades se tornaram muito mais semelhantes à visão que temos no presente. Naquele contexto, segundo Max Weber (1999), a cidade implicaria a existência de “uma comunidade com um alto grau de autonomia, tanto ao nível objetivo (mercado, fortificação, exército, tribunal e direito ao menos parcialmente próprio), quanto ao nível subjetivo como um conjunto de lealdades” (OLIVEN, 1980, p. 14).

De acordo com Max Weber, toda cidade é “um estabelecimento de mercado” (WEBER, 1999), o que implica identificarmos que possui um mercado local como seu centro econômico, no qual os habitantes da municipalidade (rurais e urbanos) buscam a satisfação de suas necessidades de artigos industriais ou mercantis, além daquelas situações em que “os próprios moradores da cidade trocam entre si os produtos especiais e satisfazem as necessidades de consumo de sua economia” (WEBER, 1999, p. 409). Embora o autor realize tipificações mais complexas, podemos inferir que a cidade se torna condição ao capitalismo, a medida que se faz necessária para sua existência, sendo que, mais tarde, o desenvolvimento do capitalismo intensifica o crescimento das cidades, ou seja, a cidade se torna pressuposto e desenvolvimento consequente do capitalismo (OLIVEN, 1980). Na consolidação da modernidade ocidental, com o fortalecimento dos Estados nacionais, esta autonomia diminui, pois a cidade se torna parte integrante de sociedades mais abrangentes.

Já no início do século XX, algumas características destas cidades passam a ser narradas pela Escola de Chicago. Robert Park (1999), um dos expoentes desta escola sociológica, escreveu que a cidade não é simplesmente um mecanismo físico e uma

construção artificial, mas está implicada aos processos vividos pelas pessoas que a formam, sendo esta uma produção humana. Por se tratar de produto da ação humana, como em toda forma de comunidade humana, “operam forças que tendem a produzir um agrupamento ordenado e característico se sua população e de suas instituições<sup>2</sup>” (PARK, 1999, p. 49). Louis Wirth, por sua vez, definiu a cidade “como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (1979, p. 104), ou seja, ao considerar a cidade como uma variável explicativa fundamental, o sociólogo estava preocupado em verificar como a cidade afeta toda a vida social.

Estes dois apontamentos evidenciam que tanto Park (1999), quanto Wirth (1979), sofreram influência teórica de Georg Simmel (1946). Tanto a percepção das forças que operam no mundo social (PARK, 1999), quanto o interesse em verificar as influências da cidade sobre os indivíduos, mesmo sendo produzida pelos mesmos (WIRTH, 1979), são desdobramentos de seu pensamento sociológico. Pensarmos a cidade contemporânea ainda requer um encontro com as elaborações destes autores.

Para Simmel, os problemas mais graves na vida moderna são derivados da reivindicação que faz o indivíduo de preservar sua autonomia e a individualidade de sua existência, diante das esmagadoras forças sociais, de herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida (SIMMEL, 1979, p. 11). Há, neste viés, inúmeras tensões postas na cidade, demarcadas, sobretudo, por uma “pluralidade de forças” (SIMMEL, 1946) às quais os indivíduos tentam resistir ao nivelamento e uniformização, pressupondo que estas forças operacionalizam “mecanismos sociotécnicos” (SIMMEL, 1979). A ação pesquisadora sobre estas relações deveria procurar analisar as equações entre as estruturas dispostas na metrópole e os conteúdos individuais da vida, porque “tal investigação deve responder à pergunta de como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas” (SIMMEL, 1979, p. 12).

A individualidade, ou base psicológica do tipo metropolitano de individualidade, consiste na intensificação de estímulos nervosos. Assim,

O homem é uma criatura que procede a diferenciações. Sua mente é estimulada pela diferença entre a impressão de um dado momento e a que a precedeu. Impressões duradouras, impressões que diferem apenas ligeiramente uma da outra, impressões que assumem um curso regular e habitual e exigem contrastes regulares e habituais – todas essas formas de

---

<sup>2</sup> Tradução nossa.

impressão gastam, por assim dizer, menos consciência do que a rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões súbitas (SIMMEL, 1979, p. 12).

Ao formular sua *sociologia impressionista*, o autor menciona que estas são as condições psicológicas que a metrópole cria, e que contrastam com a vida nos meios rurais. Ao descrever estas características do tipo metropolitano de homem e suas variantes, acaba por delinear seu entendimento de técnicas de vida, as quais podem ser entendidas como dispositivos sociais em operação que visam o ajustamento do indivíduo aos modos de vida na cidade, e sua reação a estes processos. Assim, ao procedermos à leitura do texto “A Metrópole e a Vida Mental” (SIMMEL, 1979), consideramos que as técnicas de vida são determinantes no jogo de forças sociais em disputa nas cidades modernas<sup>3</sup>, traço este cuja intensificação podemos notar na contemporaneidade.

Na esteira destas observações, Antônio Cândido (1971), por sua vez, reconheceu técnicas que imporiam processos de urbanização e civilização aos homens, “propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material” (CÂNDIDO, 1971, p. 218), vistas na racionalização dos orçamentos, o abandono das crenças tradicionais e a individualização do trabalho. O autor identifica as tensões entre os indivíduos e a cultura das cidades, a qual “vai absorvendo as variedades culturais rústicas e desempenha cada vez mais o papel de cultura dominante, impondo as suas técnicas, padrões e valores” (CÂNDIDO, 1971, p. 222-223). No entanto, se, pela perspectiva sociológica de Simmel (1979), as técnicas de vida seriam dispositivos sociais em operação, voltados para o ajustamento do indivíduo aos modos urbanos de viver, mesmo que tenha considerado a existência de processos reativos, Cândido (1971) acrescenta que tais relações seriam mediadas por estágios de transição, entre os dois modos de vida, a saber: rurais e urbanos.

Quando analisou as novas dinâmicas socioeconômicas experimentadas em sociedades rurais no interior de São Paulo, frente à “civilização urbana” (CÂNDIDO, 1971), o sociólogo brasileiro percebeu o acontecimento de mudanças transitivas entre os modelos de organização da vida e da produção, em disputa. Evidentemente, como sabemos, rumo à consolidação de esquemas civilizatórios urbanos, mas intercalada por outros processos sociais, como novos ajustamentos ao meio, ordenamento de outras sociabilidades, reforço de vínculos

---

<sup>3</sup> Conforme Simmel (1979), racionalização, mensuração, impessoalidade/calculabilidade, subjetividade pessoal e preponderância do 'espírito objetivo' seriam as técnicas de vida observadas na vida metropolitana moderna.

comunitários e agrupamentos vicinais ou diversos deslocamentos espaço-temporais. Esta transitividade explicita-se, por exemplo, nas situações em que o caipira reage diante dos ditames da urbanização, ou “rejeita em bloco as suas condições de vida e emigra, proletarizando-se; ou procura permanecer na lavoura, ajustando-se como possível” (CÂNDIDO, 1971, p. 217). Portanto, entre a aceitação total das mudanças e sua rejeição absoluta, há a aceitação parcial dos traços introduzidos pelas novas situações vividas, muitas vezes observáveis na conduta dos indivíduos (DEWEY, 2001).

Neste entendimento, não podemos pressupor que exista uma unilateralidade operativa das técnicas de vida (SIMMEL, 1979), tampouco que sua constituição seja inexorável às coletividades modernas, mas que se dá em um campo de negociações entre modelos de regulação social (DEWEY, 1970) em concorrência. No caso de Antônio Cândido (1971), as negociações produziram arranjos das forças sociais inclinados à transição, vistos no interesse de mudança associada à manutenção de certos traços culturais. Esta transição redimensiona a amplitude e as próprias relações tecidas entre as cidades e as culturas, o rural e o urbano.

Diante do exposto, parece-nos pertinente observar as formas e os conteúdos das políticas culturais brasileiras, em contextos municipais, através de uma aproximação empírica. Na próxima seção, pretendemos ampliar/confrontar os limites e as possibilidades do diagnóstico sociológico elaborado diante da situação de São Luiz do Paraitinga.

### **A cidade histórica de São Luiz do Paraitinga, SP**

São Luiz do Paraitinga é um município localizado no interior do Estado de São Paulo, no Vale do Paraíba Paulista, distante 170 quilômetros da capital do Estado. Situado no alto da Serra do Mar, tendo como municípios limítrofes: Taubaté (ao Norte), Ubatuba (ao Sul), Lagoinha (a Leste) e Redenção da Serra e Natividade da Serra (a Oeste). Sua área é de 617 km<sup>2</sup>, atravessada por significativa hidrografia. Do ponto de vista histórico, uma pequena povoação começou a constituir-se no lugar, em meados da década de 1769, vindo a constituir-se em vila, no ano de 1773, quando seu padroeiro passou a ser São Luís, Bispo de Tolosa. No ano de 1857, elevou-se a cidade e, em 1873, elevou-se à denominação “Imperial Cidade de São Luiz do Paraitinga”. Data deste período um conjunto de edificações que urbanizaram a pequena cidade, a qual chegou a ter quinze mil habitantes, nos anos de 1930, quando a produção da rapadura e derivados de cana tiveram seu apogeu nos circuitos econômicos regionais. No século XIX, sua economia assentava-se no setor cafeeiro, o qual promoveu o

desenvolvimento de toda a região, o que desencadeou a produção de uma variedade de gêneros agrícolas, tornando-se lugar de abastecimento das tropas que transportavam café do Vale do Paraíba para o litoral paulista. O entorno da cidade é marcado por belas paisagens naturais, especialmente a floresta remanescente da Mata Atlântica, hoje protegida pela Floresta Nacional da Serra do Mar, criada em 1977 (LOPES; SILVA; SILVA, 2011).

O desenvolvimento urbano acompanhou as transformações sociais, políticas e econômicas dadas em âmbitos regionais, caso da inauguração, em 1927, da rodovia Rio de Janeiro-São Paulo, a qual passava pela nucleação urbana de Taubaté, no Vale do Paraíba; ou, ainda, o declínio da produção cafeeira na região e a crescente potencialização da indústria como principal estratégia econômica (LOPES, 2006). No entanto, a localização geográfica de São Luiz do Paraitinga a tornou relativamente isolada dos fluxos de modernização desenvolvidos às margens da Rodovia Presidente Dutra, o que permitiu a manutenção de certos traços tradicionais de formação da cultura caipira (CÂNDIDO, 1971; LOPES; SILVA; SILVA, 2011).

Muitas de suas edificações históricas foram patrimonializadas através de processo de tombamento, em 1982, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), entidade vinculada à Secretaria Estadual da Cultura. A partir de então, São Luiz do Paraitinga passou a ser a cidade paulista com o maior número de imóveis tombados como patrimônio histórico e cultural, sendo muitos ainda utilizados como residência. Esse patrimônio arquitetônico tombado, associado a práticas culturais, festivas ou religiosas, fizeram de São Luiz interessante lugar de visitas turísticas. Então, desde 2002, a cidade se tornou uma das estâncias turísticas do Estado de São Paulo (aprovado pela Lei Estadual nº 11.197, de 5 de julho de 2002).

Como observou João Rafael dos Santos (2008), embora indicadores apontem para a existência de êxodo e empobrecimento da população, tornar-se estância turística estadual ampliou com intensidade a arrecadação municipal, pois o valor de R\$ 6.314.100,00, em 2001, ampliou-se para R\$ 15.757.400,00, em 2007 (SANTOS, 2008). A ampliação destes índices de arrecadação expressa a relevância do turismo na economia municipal, vistos na presença de pousadas, hotéis, restaurantes e lojas de artesanato. Tornar-se estância turística trouxe ainda desafios aos modos de organização das políticas culturais na cidade.

A política de cultura em São Luiz, tradicionalmente, foi pautada por três traços fundamentais: a patrimonialização através de processos de tombamento (caso do CONDEPHAAT, em 1982, e do IPHAN, em 2010); a conformação de calendários regionais festivo-religiosos (Festa do Divino Espírito Santo, por exemplo); o tangenciamento das ações

sociais às condições instituídas, como a Prefeitura e Igreja Católica (SANTOS, 2008). *A priori*, os traços acima apontados permitem uma interpretação destas políticas como incrementalistas, porém, as condições turísticas recentes trouxeram novas situações à cidade, novos eventos foram promovidos e outros atores passaram a agenciar projetos, dentre estes: os eventos contemporâneos de Carnaval, a Sociedade de Observadores de Sacis (SANTOS, 2008) e o Festival da Música Brasileira.

Estas ações, além de uma ênfase nos objetivos econômicos próprios de atrativos turísticos, posicionaram elementos tradicionais da cultura luizense, redimensionando os interesses em jogo, diante da atualização midiática observada, por exemplo, a repercussão na mídia regional dos recentes festivais de marchinhas e do próprio carnaval da cidade. As manifestações culturais passam a ser um recurso (YÚDICE, 2004) aos projetos de desenvolvimento turístico da cidade.

No entanto, algumas modificações significativas em São Luiz ainda estavam por acontecer, por fatores inesperados. No primeiro dia de 2010, parte da cidade foi destruída por uma enchente. Quando o Rio Paraitinga transbordou, grande contingente da população urbana e rural foi atingido, com perdas e avarias em suas residências, bens móveis, dentre muitas outras perdas sentimentais e simbólicas. O fato foi veiculado pela imprensa brasileira, em todos os dias da primeira semana do ano, e trouxe comoção geral. Muitos prédios de valor histórico foram destruídos (18 foram destruídos e 65 tiveram algum tipo de avaria). Iniciam-se, então, movimentos de solidariedade em favor da cidade por toda a região, uma vez que foram instalados postos de recolhimento de doações, em Taubaté, São José dos Campos e São Paulo, além de campanhas pela mídia solicitando doações.

Desde as semanas subsequentes ao alagamento, além das campanhas de arrecadação de dinheiro, colchões, cobertores, materiais de higiene e limpeza, água e alimentos, observaram-se inúmeros eventos culturais que foram sendo divulgados e promovidos pelo *site* do município e em outros espaços da imprensa regional. Os processos iniciais de reconstrução da cidade e da vida das pessoas dependiam de recursos e inúmeras iniciativas foram mobilizadas.

Além de iniciativas voluntaristas e emergenciais, coordenadas pelas entidades e atores regionais, ações públicas igualmente foram articuladas e dirigidas à resolução da situação, caso das ações do Programa Cultura Viva (Ministério da Cultura) e, ainda, o tombamento histórico da nucleação urbana da cidade, pelo IPHAN. Um conjunto de recursos políticos, econômicos e culturais, passou a ser agenciado por diversos atores na cidade, oportunizando a produção e a circulação de “narrativas voltadas à reconstrução de sentidos sociais” (SILVA,



2012), sobremaneira endereçadas à reconstrução da urbanidade. Em meio à situação vivida pelos luizenses, onde a cultura foi usada para tal finalidade social (YÚDICE, 2004), a reconstrução passou a ocupar centralidade no léxico daquelas narrativas. Na próxima seção, utilizaremos um relato etnográfico<sup>4</sup>, como recurso heurístico, para descrevermos os desafios das políticas culturais naquele contexto, sobretudo após a destruição de relevante parte da geografia da cidade.

### **Anotações etnográficas sobre a reconstrução da urbanidade**

Já era noite na cidade histórica de São Luiz do Paraitinga, quando desembarcamos em sua rodoviária, na quinta-feira, dia 20/05/2010. Percorremos caminhando o trecho entre nosso ponto de chegada, na cidade, e a Praça Oswaldo Cruz, em sua área central. Essa caminhada noturna trouxe-nos algumas impressões gerais, que iriam, inevitavelmente, nos acompanhar ao longo dos três dias que permaneceríamos no lugar. A ausência da Igreja São Luiz de Tolosa, à frente da praça central, anunciava às nossas percepções que as marcas da enchente sofrida pelo município ainda produziam estranhamentos e sensações de perda entre seus moradores. Afinal de contas, tratava-se de um ícone imagético de uma cultura que valoriza a fé cristã e sua religiosidade, mas também ícone de uma estância turística de reconhecimento nacional por seu patrimônio arquitetônico. Seus escombros haviam sido cercados por taipas que demarcavam e anunciavam a recente presença do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Quando chegamos à praça, constatamos que estava decorada com inúmeras bandeirinhas vermelhas. Algumas destas traziam imagens de pombas brancas alusivas ao Espírito Santo. No coreto, havia um ensaio para uma apresentação musical e o movimento das pessoas nos arredores já antecipava a festa popular que estava por vir. Não nos detivemos por muito tempo na área central da cidade, nosso destino foi o restaurante Sol Nascente. Conversamos com Alice, comerciante, e ouvíamos suas impressões e vivências sobre a reconstrução de seu restaurante que também fora devastado pelas águas, como boa parte da cidade. Segundo sua visão, muitas pessoas já estavam conseguindo se restabelecer e restabelecer seus comércios e modos de trabalhar.

Na manhã seguinte, caminhamos outra vez pela cidade e as impressões da enchente se

---

<sup>4</sup> O relato etnográfico refere-se à pesquisa de campo que realizamos no município, em 2010, passados pouco mais de quatro meses da enchente, na ocasião da Festa do Divino Espírito Santo.

tornaram mais evidentes. A luz do dia apresentou-nos um cenário de degradação, mas também de refazimento dos espaços urbanos. Muitas ruas, prédios e casas sendo reerguidos, enquanto funcionários da Prefeitura realizavam a limpeza das ruas. A maioria das residências e espaços comerciais apresentava, em suas fachadas, pequenas flâmulas vermelhas em honra ao Divino Espírito Santo. O percurso que realizamos trouxe-nos à vista que as taipas em torno da Igreja traziam pinturas e imagens da mesma igreja e da cidade, assim como inscrições de estímulo a sua reconstrução. Segundo fomos informados, essas pinturas haviam sido realizadas por alunos de escolas públicas do centro do município. As frases escritas por aqueles estudantes do município pareciam compor o mesmo discurso reconstrutivo que atravessava as conversas cotidianas com moradores, sendo as frases que seguem exemplares desta produção narrativa: “Nada está acabado, tudo será renovado”; “Assim como o sol, São Luiz irá renascer novamente! Força SLP!”.

A culminância da incursão da manhã deu-se na visita ao “Império”, ou Casa da Festa. O Império é um espaço no qual é guardado o andor do Divino Espírito Santo e onde lhe são prestadas homenagens e orações. Na exterioridade da casa, havia uma faixa vermelha com inscrições em branco com o nome do local, uma bandeira do Divino e algumas bandeirinhas da mesma cor. Os cortejos tinham ali seus pontos de chegada ou de partida. Mas, externamente, excetuando-se sua singela decoração, o Império trata-se de um antigo sobrado que não se destacaria em meio ao casario antigo que constitui o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga. Porém, seu interior é muito bem-decorado: tecidos vermelhos cobrem todas as paredes, inclusive seu teto; lustres feitos com garrafa plástica descartável iluminam o ambiente; arranjos com flores vermelhas enfeitam a pequena sala; bandeiras do Espírito Santo misturam-se a flâmulas contendo inscrições devocionais cristãs. À direita, observamos um conjunto significativo de fitas de tecido com pedidos dos fiéis. No centro, encontramos um quadro da Igreja de São Luiz de Tolosa. Aquela imagem da igreja matriz no coração do Império, associada, com efeito, aos escritos e desenhos dos alunos na taipa que circunda seus escombros, fazem-nos reconhecer que os processos de reconstrução da urbanidade em São Luiz do Paraitinga se realizavam não pela negação da imagética desestabilizada, mas através de sua multiplicação. A igreja estava por todos os cantos da cidade.

No sábado, dia 22/05/2010, chegamos à praça em torno das 11 horas. Caminhamos em direção ao Mercado Municipal, pois sabíamos que ao meio-dia iniciaria naquele lugar a distribuição do afogado – prato tradicional distribuído gratuitamente há muitos anos, na festa.

A fila começava a intensificar-se, já havia muitas pessoas aguardando a distribuição do prato. A movimentação de fotógrafos, jornalistas e pesquisadores, era muito grande,

confundiam-se com pessoas que estavam ali para receber o afogado, mas que também fotografavam e se fotografavam. Enquanto pesquisadores, essas cenas etnográficas se fizeram muito estimulantes, sobretudo por não distinguirmos visualmente “quem é quem?”, no horizonte do que Simmel (1979, p. 12) definira como “intensificação dos estímulos nervosos”.

O evento da distribuição do afogado vinha ocorrendo, nos últimos trinta anos, em outro espaço, um parque de exposições, mas como o acesso ao lugar foi impedido, devido ao deslizamento de terras, esse ano a distribuição voltara ao Mercado. Internamente, o mercado estava muito decorado. Além das bandeiras vermelhas e das alusões à imagética do Divino, estavam afixados nas paredes internas do espaço doze *banners* com cenas da festa no ano de 1984 (de Rosa Gauditano – Estúdio R), que continham imagens da Igreja Matriz e da festa daquele ano. Analiticamente, o regresso da distribuição do afogado ao Mercado Municipal significou a evidência deste lugar como outro ícone da paisagem luizense, reforçado pela produção de narrativas de memória onde circunstâncias históricas da festa ocorriam no referido espaço. A “volta às origens”, de certo modo, era um discurso que circulava e atribuía ao mercado o estabelecimento de novos sentidos à festa, face à ausência da igreja na festa daquele ano.

No domingo, último dia da festa, é que nossa experiência investigativa se tornaria mais intensa. Múltiplos eventos e grupos de manifestações culturais apresentando-se ao mesmo tempo. Incontáveis fotógrafos e cinegrafistas, estudantes, pesquisadores, turistas, moradores da cidade. A programação oficial do evento sendo permanentemente entrecortada por agenciamentos de novos atores e novas práticas e apresentações artístico-culturais. “Afinal de contas, o que ver?” – era a interrogação incômoda que nos acompanhava. O lugar estava tomado por uma dinâmica cultural intensa, rica, colorida, em uma diversidade de ritmos, de sonoridades e de sensações. Vários grupos artísticos da região estavam em ação, outros se preparando para trazer à rua a plasticidade de sua performance cultural. Grupos folclóricos tradicionais na região vão se aproximando e compondo o que, inicialmente, nos parecia um mosaico cultural do interior do Estado de São Paulo. Faz-se importante destacarmos a presença de crianças e jovens nos grupos folclóricos e religiosos que ali estavam presentes. Em inúmeras performances, eram as crianças menores as mais fotografadas, ganhavam centralidade nesse circuito de cultura popular. O que pode denotar um horizonte de atualização de certos modelos culturais, sobretudo por muitos destes grupos estarem vinculados a Pontos de Cultura nascidos em instituições de ensino, ou que desenvolvem agenciamentos formativos em projetos culturais difusos no interior das mesmas,

como observado anteriormente (SILVA, 2012). As apresentações seguiram-se por toda a manhã.

O último ato oficial da festa que acompanhamos, foi a procissão solene em honra ao Divino Espírito Santo, iniciada às 16 horas. Tal prática devocional contou com presença significativa de público. De alguma forma, esse evento sintetizava a festa, uma vez que trazia em si os diversos atores culturais que a compunham desde a última sexta-feira: romeiros, turistas, grupos de congada, de moçambique, reis e rainha do Congo, andores em honra ao Divino Espírito Santo e a outros santos, crianças vestidas de anjo, pagando promessas realizadas por seus familiares, fanfarra, freiras, padres, imprensa regional andando pelo meio da procissão. O passo da procissão marcava o auge do evento, pela presença de todos os personagens em um espaço comum, mas seus sentidos declinavam nostalgicamente, em clima de fim de festa. Assim, bandas e grupos folclóricos que mobilizaram as ações culturais ao longo dos dias antecedentes, agora ditavam o ritmo solene do fechamento da festa.

No entanto, a procissão ainda nos ofereceria uma cena. A recursividade pela qual a imagética da Igreja de São Luiz de Tolosa vai compondo os imaginários da reconstrução da cidade, o que nos revela que sua desestabilização física não desestabilizou sua representação simbólica na cidade (Imagem 1 – Foto do autor).

Nesse campo de influências, tornou-se possível entendermos algumas imbricações entre memória e projeto, sobretudo em seus processos de constituição de identidades (VELHO, 1994), ou de fabricação identitária (AGIER, 2001). A imagética da igreja produziu-se como uma memória socialmente significativa, fabricando sentidos para os indivíduos e dando consistência às suas biografias, constituindo-se em lugar próprio (CERTEAU, 1994) para a orientação, formulação e condução de seus projetos pessoais (SCHUTZ, 1974) ou institucionais. Nesse caso particular, remeter-se à Igreja implicava elaborar uma visão retrospectiva (organizada ou não) de trajetórias pessoais, permitindo novas motivações à ação, dentre estes projetos de reconstrução de suas vidas e da cidade diante da enchente ocorrida em janeiro. Se, em Schutz (1974), um projeto é uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, a partir de uma “situação biograficamente determinada”, ao mesmo tempo, a consistência deste projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos (VELHO, 1994, p. 101).

### **Considerações finais**

A partir destas notas etnográficas, podemos parafrasear as elaborações do pensador norte-americano John Dewey (2001), nas quais problematizamos as possibilidades das políticas culturais participarem na reconstrução das urbanidades, na ocasião de eventos críticos, como uma enchente. Em texto publicado em 1931, o autor interroga-se se pode a educação participar na reconstrução social, posiciona-se perante as funções complexas da escolarização, tanto quanto questiona e critica abordagens mais idealistas. Naquele contexto, Dewey (2001) recusa-se em aceitar as escolas como únicas responsáveis pela mudança, mas toma-as como integrantes de um *status quo* e, potencialmente, participantes destas reconstruções. No entanto, define os sentidos de *status quo* e de reconstrução social, interpretados através da ação dos indivíduos, redefinições estas que são oportunas à produção desta análise.

A primeira mudança de sentido proposta pelo filósofo situa-se no entendimento de *status quo*, o qual, segundo perspectivas materialistas, corresponderia àqueles elementos estáveis, constantes e tangíveis da existência humana, de maneira que pudéssemos nos posicionar frente a sua conservação ou transformação. No entanto, a elaboração de John Dewey (2001) não interpreta a sociedade como um macroprocesso, mesmo perante contrariedades imediatas para a realização do próprio *status quo*. “A razão reside no facto de que o actual *status quo* se encontra num estado de fluidez; não há *status quo* nenhum se se entende esta expressão como algo estável e constante” (DEWEY, 2001, p. 191).

De certa maneira, a reconstrução social exige um posicionar-se frente ao *status quo*, interpelando-o, não por idealizações, mas conformado pelas condições existentes, as quais “são profundamente instáveis; as condições sociais desenvolvem-se em direções diferentes e, habitualmente, opostas” (DEWEY, 2001, p. 191). Este estado, portanto, é fabricado por forças e tendências em conflito (DEWEY, 2001; SIMMEL, 1946) e observado nas ações dos próprios atores sociais. No caso da educação, o autor não considera as escolas como construtoras de novas ordens sociais, mas importantes nas dinâmicas sociais que experimentam, dependendo das filiações executadas no “seio das forças sociais existentes” (DEWEY, 2001, p. 192), e da capacidade de implementar estes princípios, “desde a conduta pormenorizada” dos agentes. Na resposta de Dewey (2001) à problemática que intitula o artigo em questão, o filósofo explicita-nos sua perspectiva pragmática de leitura da realidade, qual seja: o potencial escolar em participar das dinâmicas de reconstrução social dependerá de sua capacidade de praticar seus interesses na conduta pormenorizada dos agentes envolvidos.

Recuperando nossa paráfrase, diante da situação vivida em São Luiz do Paraitinga, interrogamo-nos se podem as políticas da cultura participar da reconstrução urbana. Ou, por

um registro teórico mais alargado, poderíamos nos indagar sobre os interesses e objetivos destas políticas culturais em cidades turísticas brasileiras, o que implicaria, de algum modo, tomarmos os indícios pragmáticos do filósofo como a propósito para expormos considerações analíticas mais amplas.

Tal como formulara John Dewey (2001), tomamos o *status quo* como algo fluído e instável, variável conforme as forças (SIMMEL, 1946) e tendências sociais em conflito (DEWEY, 2001). Neste sentido, a urbanidade é interpretada como um permanente processo de construção dos atores sociais, em suas condutas, visibilizados na produção e circulação de narrativas que (in)formam sobre quem somos ou como definimos o lugar onde vivemos. Entretanto, as mutações sociais e culturais que alcançam as cidades brasileiras condicionam a ação dos atores sociais e a efetuação de seus projetos (SCHUTZ, 1974; VELHO, 1994), tal como eventos críticos intensificaram a circulação e produção destas narrativas de sentido social.

Portanto, nestes interstícios entre a ação dos atores e a produção dos dispositivos institucionais, a reconstrução da urbanidade no lugar esteve implicada em uma ambivalência entre as dimensões econômico-material e simbólica.

Por ser uma estância turística reconhecida, São Luiz do Paraitinga não se encontra isenta das mudanças nas políticas contemporâneas, as quais trazem em si a exigência de um “retorno” socioeconômico que sustente a manutenção daquela prática ou manifestação cultural, o que, operacionalmente, exige a conversão de uma atividade não comercial em atividade comercial (YÚDICE, 2004). Os agenciamentos de recursos, inúmeras vezes, dão-se nestas transições das dimensões comerciais às não comerciais, o que intensifica a competitividade entre interesses e objetivos individuais ou coletivos.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo, a cidade é referência simbólica para os processos de fabricação identitária (AGIER, 2001), em projetos individuais e coletivos, mediante práticas e narrativas que exteriorizam sentidos sobre a vida social.

---

<sup>5</sup> As políticas públicas para a cultura organizadas na lógica de editais públicos, embora possuam interesse democrático, reforçam estas dinâmicas concorrenciais (SILVA, 2012).

## Referências

- AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.
- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito** – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1971.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. (v. I: Artes de Fazer).
- DEWEY, J. **Liberalismo, liberdade e cultura**. São Paulo: Editora Nacional; USP, 1970.
- \_\_\_\_\_. Pode a educação participar na reconstrução social? **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 189-193, 2001.
- LOPES, J. R. Industrialização e Mudanças Culturais no Vale do Paraíba, SP. In: CHAMON, E. M. Q. O.; SOUSA, C. M. (Orgs.), **Estudos interdisciplinares em Ciências Sociais**. Taubaté: Cabral, 2006.
- LOPES, J. R.; SILVA, A. L.; SILVA, R. M. D. O Divino, o patrimônio e a cidade: uma análise de modulações culturais provocadas por eventos críticos. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 3, p. 208-217, 2011.
- OLIVEN, R. G. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- PARK, R. E. **La ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Serbal, 1999.
- SANTOS, J. R. C. C. **A Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga**: o desafio da cultura popular na contemporaneidade. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SCHUTZ, A. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- SILVA, A. L. **A conveniência da cultura popular**: um estudo sobre a pluralidade de domínios, danças devocionais e a ação dos mestres no Vale do Paraíba. 2011. 255f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SILVA, R. M. D. **Políticas culturais em cidades turísticas brasileiras**: um estudo sobre as técnicas de vida contemporâneas. 2012. 208f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

SIMMEL, G. **Cultura femenina y otros ensayos**. 5. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946.

\_\_\_\_\_. A metrópole a vida mental. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 11-25.

SOUZA, C. O estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 51, v. 18, p. 15-20, 2003.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. Brasília, DF: Editora da Unb, 1999.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 90-113.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Artigo recebido em julho de 2012 e aprovado em setembro de 2012.